

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
Bacharelado em Educação Física

Elias Stürmer Scur

A Iniciação Esportiva: Conceitos e Fundamentos – do Geral ao Futebol

Porto Alegre

2019

Elias Stürmer Scur

A Iniciação Esportiva: Conceitos e Fundamentos – do Geral ao Futebol

Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, elaborado sob orientação do prof. Flávio Antônio de Souza Castro.

Porto Alegre

2019

Resumo

Este trabalho visa revisar os conceitos e fundamentos da iniciação esportiva, focando nas diferentes visões sobre ela e traçando um painel a respeito de suas interações com a educação física escolar e com as diferentes manifestações esportivas. Buscaram-se os principais autores na área e realizou-se uma revisão narrativa. Os itens revisados foram: a importância do esporte e da educação física, a importância da competição, classificação do esporte e a iniciação esportiva propriamente dita. Ao final, concluiu-se que a iniciação esportiva é um objeto de estudo complexo que deveria receber maior atenção e aprofundamento por parte dos encarregados de por os conhecimentos referentes a ela em prática.

Palavras-chave: esporte, infância, ensino, aprendizagem, treinamento.

Abstract

This work aims to review the concepts and fundamentals of the youth sport, focusing on the different takes on it and sketching a panorama in regard to its interactions with the school physical education and with the different manifestations of sports. The texts of the main authors on this subject were searched and reviewed, and a narrative revision was done. The revised items were the following: the importance of the sport and of the physical education subject, the importance of competition, classification of sports and the phenomenon of youth sports itself. Lastly, the conclusion made was the youth sports is a complex object of study that should receive greater attention and understanding from the professionals which put the knowledge concerning it in practice.

Keywords: sport, childhood, teaching, learning, training.

Sumário

1	Introdução.....	5
2	Materiais e métodos.....	7
3	Considerações sobre o esporte e a educação física	9
4	Considerações sobre a competição e a cultura	15
5	Classificação do esporte	17
5.1	Esporte de alto rendimento ou de excelência	17
5.2	Esporte educativo	20
5.3	Esporte recreativo	23
5.4	Esporte de prevenção da saúde.....	24
5.5	Esporte de reabilitação.....	24
6	Iniciação Esportiva	27
6.1	Propostas de futebol adaptado para crianças e jovens	30
6.1.1	O caso da <i>US Youth Soccer</i>	30
6.1.2	Mini-soccer.....	37
6.2	Condutas pedagógicas.....	41
6.3	Motivações de pais, filhos, e educadores	45
7	Considerações Finais	49
	REFERÊNCIAS	53

1 Introdução

O esporte é visto de diferentes formas pelos mais variados indivíduos e grupos, mas é inegável a sua importância enquanto fenômeno histórico, cultural, promotor de saúde, na socialização e na educação das pessoas. O fenômeno esporte, como bem apontaram Gaya e Torres (2004), apresenta um sentido plural – polimorfo e polissêmico –, isto é, com várias formas e significados, os quais são atribuídos por seus praticantes, apesar de que, por ele, perpassa uma lógica imprescindível.

Com este trabalho, planejei construir uma perspectiva adequada a respeito do tema iniciação esportiva (IE), pelo qual me interessei ao longo da minha graduação, apesar de não ter sido apresentado a mim em profundidade. A partir de minhas leituras, de autores que apresentam diversas interpretações e pontos de vista, percebi que minhas ideias e conclusões estavam mais próximas da área de pedagogia do esporte, devido à minha familiarização com ela. Dentro do tema IE, procurei conhecer e entender conceitos e métodos diferentes de ensino e treinamento. Também objetivei abordar o papel, a influência e as motivações de educadores, como os professores de educação física (EF) e treinadores, assim como de pais ou responsáveis, os quais contribuem para a formação e o desenvolvimento das crianças e dos jovens sob aspectos variados. Além disso, busquei entender a posição da criança e do jovem, atentando para como passam a conhecer o esporte, o que almejam, e as influências externas (dos adultos, da mídia) no seu comportamento.

O foco deste trabalho, pois, foi a iniciação das crianças e dos jovens no universo do esporte, em diversos contextos, realizado numa escola, num projeto social, numa escolinha de esportes, num clube ou associação, por exemplo.

A iniciação esportiva, mais do que uma breve e simples introdução ao esporte e a sua cultura, direcionada, preferencialmente, a crianças, oferece possibilidades de desenvolvimento (psicológico, motor, social, moral). Consiste em um estágio de descobertas no que diz respeito à cultura corporal, importante para a formação de (possíveis) futuros atletas. É, portanto, um estágio delicado, que requer atenção e planejamento. Exige do agente pedagógico (professor ou treinador) um vasto conhecimento sobre o

desenvolvimento das crianças e uma boa estrutura pedagógica (SOARES, 2009). Pois, como Freire (2006, p. 3) afirma, “[o] professor não pode entrar na escola despido de uma pedagogia, mesmo que ele não saiba qual é”.

2 Materiais e métodos

Este foi um estudo de revisão de modo narrativo. Foram buscados e revisados livros, capítulos de livros, artigos em periódicos e anais de congresso que tivessem como foco a iniciação esportiva, principalmente no futebol, entre crianças. Buscou-se literatura produzida a partir de 1990, em língua portuguesa. Foram selecionados seis livros (relacionados ou com esporte para crianças, ou com classificações do esporte, ou com ensino de futebol ou futsal) dois artigos, um trabalho de conclusão de curso, uma dissertação de mestrado e três materiais da Internet. Desse material, foram selecionados os seguintes tópicos para a revisão narrativa:

1. Considerações sobre o esporte e a educação física;
2. Considerações sobre a competição e a cultura;
3. Classificação do esporte;
4. Iniciação esportiva.

3 Considerações sobre o esporte e a educação física

É consenso entre professores, estudantes e profissionais de EF e das áreas de desenvolvimento humano que a infância é o momento mais propício para se ter o maior número de vivências em termos de movimentos e de esportes. É ensinado que, quanto mais cedo as crianças tiverem a oportunidade de experimentar, explorar e descobrir possibilidades de movimento, e de exercitar suas capacidades motoras fundamentais, melhor. O esporte, voltado às crianças, é conhecido por desenvolver habilidades de crianças e de jovens, por fazê-los mais alegres e saudáveis.

Cientes de que o brincar representa uma necessidade para as crianças, os educadores podem incluir atividades lúdicas em suas aulas ou sessões, com o intuito de torná-las mais agradáveis e estimular a adesão a atividades esportivas. Porém, o esporte também deve ser ensinado aos alunos de acordo com as possibilidades deles, com o devido respeito às fases de maturação e aos níveis de desenvolvimento motor em que se encontram. Pois, como afirma Marques (2004, p. 75), “o desporto só será para a criança a coisa mais importante do mundo quando formos capazes de o construir à medida das suas necessidades, possibilidades e expectativas”.

Apesar de elogiar e sublinhar diversas vezes neste trabalho o valor (social, cultural, educativo) do esporte, não pretendo abordá-lo por um viés utilitarista; pois concordo com a afirmação de Graça (2004, p. 103), de que, na “justificação instrumental” do esporte, “a tendência para justificar a inclusão do desporto mais como meio de visar [a] outros fins não deve esquecer, alienar, menosprezar o valor próprio, o seu conteúdo educativo [...]”. Logo, não se pode esquecer o “potencial intrínseco” do esporte, ou seja, seu valor educativo, que “emana do contributo para o enriquecimento da vida das pessoas” (GRAÇA, 2004, p. 103).

Os professores de EF podem aproveitar a maior facilidade de aprendizagem das crianças e utilizar o esporte como incentivador de hábitos saudáveis. Uma vez que as crianças adquirem o gosto por ele e o incorporam a suas vidas, surge a possibilidade de torná-lo como um companheiro que as ajudará a aprimorarem seus modos de vida, suas condutas, seus temperamentos, suas atitudes diante das dificuldades, dos desafios, das

tensões que tenham de enfrentar. A esse respeito, é relevante a pergunta de Freire (2006, p. 10): “[...] se a pessoa não gosta do que está fazendo, por qual motivo incorporaria essa prática aos seus modos de vida?”. Uma vez que o esporte se torna enfadonho, ele se torna dispensável, pois não é necessário para a vida. Por isso, Freire (2006, p. 10) sugere, para o êxito no ensino: “[...] se ensinarmos com brincadeiras, com diversão, com carinho, com atenção, com liberdade, possivelmente isso ficará para sempre, sem precisarmos enganar os alunos com promessas de um futuro glorioso.”

De acordo com Oliveira e Paes (2004), os autores da pedagogia do esporte tem constatado a importância dos jogos desportivos coletivos para a educação de crianças e adolescentes de todos os segmentos da sociedade brasileira, uma vez que sua prática pode promover intervenções quanto a cooperação, convivência, participação, inclusão, entre outros. Bento (2004) também apontou que o esporte tem a capacidade de corresponder às necessidades de formação, educação, desenvolvimento e configuração da identidade e autoconceito dos adolescentes. E acrescentou (Bento, 2004, p. 29): “A educação física e esportiva distingue-se de outras áreas, no concernente à sua tarefa educativa primordial, pelo facto de educar, formar, socializar e possibilitar experiências a partir do corpo.”

Além disso, conforme Bento (2004), o esporte pode realmente renovar a escola, pode levar até ela o riso, o entusiasmo, o dinamismo, as palmas, a alegria e a animação que farão os alunos gostarem de ir a ela. O esporte é meio de quebrar a rotina, de estimular a integração e a convivência entre alunos, turmas, professores, por competições internas e externas. Por ele, pode-se consumir o desiderato de “desportivizar a escola e escolarizar o desporto” (BENTO, 2004, p. 31). No entanto, para se superar o quadro atual mais comum, de aulas monótonas, sem objetivos bem definidos, será preciso diversificá-las, torná-las mais lúdicas, avaliar mais o processo pedagógico (não o rendimento ou a aptidão física), além de promover competições de nível adequado.

O esporte constitui, portanto, um meio de levar as emoções que faltam ao processo educativo marcado pela atenção excessiva aos resultados (tirar boas notas, realizar bons trabalhos, fazer boas apresentações), geralmente alcançados por meio de muito estudo (por vezes, monótono e cansativo),

dedicação e persistência. Pode transportar a atenção para o processo de atividades em que se encontram os necessários componentes da ludicidade e da socialização os quais oportunizarão o gozo de um momento proveitoso para o bem-estar, a saúde geral e, inclusive, para a transmissão de valores (*fair play*, respeito, consideração, tolerância), de acordo com Bento (2004).

Por intermédio da educação física e desportiva pode ser oportunizada a instrução dos jovens para o lazer, pela conscientização dos jovens quanto ao grande proveito que pode ser extraído de práticas que envolvam atividade física, socialização, que são importantes meios de promoção de saúde, e pelo estímulo à criação e à originalidade. A respeito disto, Bento (2004, p. 44) acrescenta: “Se ninguém ensinar as crianças a produzir gozos activos a partir de dentro, criativamente, têm que comprar tudo fora”. Portanto, uma boa formação cultural a partir da escola repercutirá em outro campo importante da vida humana.

Cabe, principalmente, à escola priorizar a atenção aos alunos mais fracos e mais limitados em termos motores, para motivá-los às atividades das aulas de EF; estimular o processo de socialização durante as aulas para que os alunos se sintam atraídos pelos esportes e possam praticá-los deliberadamente; propor atividades pensando sempre em como agregar todos e fazê-los cooperar entre si; tentar convencer todos a participarem, procurando variar as tarefas, estilos de aula, jogos, para que as aulas se tornem mais atrativas. O fracasso em levar adiante essas metas pode levar à desmotivação dos alunos para as práticas esportivas, e prejudicar seus níveis de aptidão física, saúde, energia e disposição. Segundo Ferraz (2002, p. 25), pesquisas tem demonstrado “que os pais consideram a prática de esportes benéfica para a saúde e favorável ao rendimento escolar”.

Penso que uma importante finalidade do processo de ensino-aprendizagem seja fazer os alunos se empenharem no estudo com o mesmo afinho manifestado em jogos competitivos de que gostam de participar e que consideram muito importantes. Como afirmou Bento (2004, p. 44), “à escola pertence melhorar as expectativas e ambições de competência ou eficácia pessoal”. Pelo aumento da ação e do chamado repertório motor, atingível pela aquisição de movimentos desportivos, os jovens podem se sentir mais confiantes nas suas habilidades e competências. Isso contribui para o aumento

de autoestima e fornece suporte para seu crescimento pessoal e social, levando ao aumento de expectativas positivas em relação a elas.

Porém, com esse discurso não se quer dar brechas para a redução da EF a mero coadjuvante em comparação com outras disciplinas escolares. Mas, ao se reconhecer e reafirmar que ela produz bons frutos, que não se limitam à vida escolar, que não apenas oferecem o que falta a outras disciplinas, mas podem se estender para uma vida inteira, estamos enaltecendo o valor de uma disciplina com grande potencial de transformação e realização. Por isso, e pela possibilidade de estarem sendo formados futuros professores de EF, todo professor dessa disciplina deve realizar seu trabalho com responsabilidade e da melhor forma possível, procurando interessar os alunos, passar conhecimentos e valores, formar indivíduos criativos, autônomos, saudáveis, alegres e - principalmente - *humanos*, apesar de todas as dificuldades. E uma das dificuldades a serem enfrentadas é justamente aproximar o corpo de conhecimentos científicos produzidos na área da atuação prática dos profissionais de educação física e do esporte, conforme Korsakas (2002).

Os professores ou os treinadores (educadores) que lidam com jovens devem se conscientizar de que são facilitadores da aprendizagem, que contribuem para a formação de indivíduos. A fim de os educadores atuarem desse modo, a criança deve ser vista como *sujeito*, “que se constrói valendo-se das experiências vividas” (KORSAKAS, 2002, p. 42), não como *objeto*, que apenas recebe o conhecimento pronto aprendido pelo adulto (*sujeito*) que ensina (praticamente impondo as suas visões). Nesse contexto, educar passa a ser “oferecer possibilidades para a construção do conhecimento” (KORSAKAS, 2002, p. 42), preferencialmente pela estimulação de perguntas, pela apresentação de problemas, de desafios, em vez de simplesmente fazer os jovens repetirem várias vezes com vistas à memorização do que se considera correto.

Além dos educadores, outros formadores são os próprios indivíduos, a família, os meios de comunicação, a cultura em geral. Pelo esporte, o indivíduo pode se aperceber de o quanto é duro alcançar a vitória e o sucesso na vida, pois, no esporte, também é preciso suar, esforçar-se, mostrar determinação, pensar estrategicamente, respeitar regras, demonstrar respeito. Na carreira esportiva, faz-se necessário, inclusive, renunciar ao que atrapalha o bom

desempenho, honrar compromissos e obrigações, ser disciplinado, enfim, estar disposto a fazer vários sacrifícios em prol do que é mais importante. Além disso, por meio do esporte, podemos visualizar o grau de evolução dos indivíduos, não só do ponto de vista físico, mas também da maturidade emocional e moral, quando assistimos ao comportamento apresentado no local de jogo (campo, quadra, ginásio, pista, piscina, tatame...), às atitudes tomadas por eles em situações de tensão e à observância (ou não observância) de regras, por exemplo.

Deve-se ainda atentar à importância das figuras de autoridade, como os pais, os professores. Eles devem ser vistos como modelos pelas crianças, caso contrário, poderão mais tarde assumir como modelos os que são apresentados pela televisão ou ainda as más influências das ruas (BENTO, 2004). O professor deve orientar a sua pedagogia à transmissão dos bons valores (principalmente o *respeito* pelos seus semelhantes) e do respeito às hierarquias; deve manter a organização do ambiente em que se dão as aulas, intervindo energicamente quando necessário; deve procurar manter a consideração e a estima dos alunos. A decadência dos modelos de autoridade, como pais, professores, segundo Bento (2004, p. 47), equivale a “uma perda destruidora de modelos de autoestima e contribui para o aumento da delinquência juvenil”. Acredito que a criança deve ter boas referências desde cedo, para que ela adquira uma base adequada de comportamento, de mentalidade, a fim de que possa formar uma boa identidade e ter discernimento suficiente para evitar más companhias.

Os valores repassados pelo esporte, com os quais professores e treinadores têm compromisso, ainda mais nesses tempos de crise de ordem moral (principalmente no lado ocidental do globo), podem ser transferidos para além do universo esportivo, contribuindo para a já citada formação de cidadãos humanos. “Contribuem para dar expressão máxima ao *verdadeiro*, ao *belo* e ao *bom*”, como cita Bento (2004, p. 50, grifo do autor). Convergem para a consolidação, o domínio do que é certo e do que é errado, do que é belo e sublime e do que é feio, do que nos engrandece e do que nos apequena (BENTO, 2004). Servem para estimular a disciplina e para rejeitar o hedonismo, o prazer constante e desregrado, que não guarda compromisso com a liberdade, mas com o egocentrismo e a vaidade que pervertem o caráter

e limitam as possibilidades de sua evolução. O hedonismo, portanto, deve ser recusado; é característica marcante de uma “ética indolor” (BENTO, 2004, p. 48), que marginaliza o que o esporte oferece de melhor e ignora, “atropela” os princípios éticos mais elementares.

Creio que a humanidade que almejamos, por tantos meios, ser realizada e vivida pelas crianças e jovens se relaciona com a bondade. Aquela não é um ideal utópico, mas um fruto de muito trabalho. Já o ideal de perfeição parece inatingível diante da relativização ou da negação deste conceito que está dentro de nós e conhecemos por ouvir falar, que atrai a uns e é desprezado por outros. Bento (2004, p. 51) lembra que “não temos capacidade para a realizar [por nós mesmos]; mas temos ideais para a sonhar e obrigações para a procurar”. Mas, se não alcançarmos a perfeição, poderemos nos dar por satisfeitos se tivermos dado nosso melhor, e tivermos extraído o melhor de cada criança e jovem. Afinal, o bem se encontra dentro de cada um de nós, basta que nós o procuremos e nos apeguemos a ele, para que a felicidade se faça presente onde nós nos encontrarmos.

É preciso ser reforçada a ideia, o intento de levarmos mais e mais crianças ao encontro do esporte, nos clubes, nas praças, nos parques e nas escolas. Sem a *obrigação* de se tornarem atletas, sendo dada a elas a chance de escolherem como se relacionarão com ele e a atenção aos seus anseios, às suas opiniões, sugestões e desejos. Bento (2004, p. 55) traz ainda que, “embora não seja uma panaceia, o desporto funciona como um pólo que realça os valores da cidadania e do trabalho em equipa, ao mesmo tempo em que combate frontalmente fenómenos destrutivos que caracterizam a nossa sociedade, tais como droga, violência e criminalidade.” Ele dota os indivíduos de autonomia para bem regular as suas vidas, para pautarem as suas ações por motivações corretas.

Algo que agradaria a nós todos seria a conscientização dos esportistas e dirigentes de que ter o dinheiro, as finanças como prioridade significa perverter, corromper o caminho natural do esporte e ir contra a sua essência. O dinheiro não é o mais importante; deve sempre servir como meio e não como fim. Que estejamos atentos ao que destaca Bento (2004, p. 55, grifo do autor): “*Falta cumprir o desporto por inteiro!* Um desporto que, mais do que económico, é sobretudo pedagógico e cultural.”

4 Considerações sobre a competição e a cultura

Quando se trata de competição, muitos questionam se realmente é necessária no processo de ensino-aprendizagem. Mesmo sendo um pressuposto básico para o esporte, perguntam se seus benefícios são claros e se não seria melhor buscar outras formas de ensinar. Podemos, porém, contestar essa postura, alegando que é preciso energia, suor, entrega (coloquialmente, “luta”) tanto para competir quanto para cooperar. Isso se deve ao fato de que quem compete o faz por um objetivo principal e quem coopera deve se unir a, pelo menos, outro indivíduo visando ao mesmo objetivo principal. Ou seja, quem coopera também compete, e da mesma forma que diversos outros autores (DE ROSE JR., 2002; FERRAZ, 2002; MARQUES, 2004), penso que a competição não é um problema. Pois, como afirma Ferraz (2002), a competição em si não é boa, nem má, ela é o que fazemos dela, e verdadeiros problemas a serem evitados são a superestimulação e a subestimulação, assim como a supervalorização do aspecto competitivo.

Logo, pode-se afirmar que cooperação e competição são como dois lados da mesma moeda. Competição sempre haverá enquanto houver vida neste mundo. Por ela, vários eventos negativos aconteceram na história; mas também por ela, homens e mulheres podem medir forças, isto é, comparar-se sob várias valências e sob conhecimentos incorporados, abrindo espaço para a superação (dos seus limites, dos antigos modos de ser) dos envolvidos, que é a meta mais nobre do esporte e da competição.

Marques (2004, p. 76) contribui com a reflexão afirmando que “competição e desporto confundem-se no entendimento da criança sobre o significado da prática”. De fato, meninos e meninas geralmente se sentem impelidos a praticar esportes sem demonstrarem sinal de descontentamento; a competição não significa um impeditivo ou algo indesejável, detestável. Ela faz parte da essência do esporte. O valor educativo do esporte, como sustenta Marques (2004, p. 76), reside em “princípios e valores associados à competição, a forma como esta é utilizada e as experiências vividas durante a atividade”. Nessa perspectiva, “o desporto e a competição são apenas instrumentos” (MARQUES, 2004, p. 77), não fins em si mesmos. Logo, a

orientação que dermos ao ensino das práticas esportivas é que definirá a sua qualidade, boa ou ruim.

O que deve ser questionado não é a competição em si no processo de formação esportiva, e sim a “sobrevalorização” desse componente do esporte, “o seu favorecimento e promoção à margem de um enquadramento adequado”, ressalta Marques (2004, p. 80). Não se deve apressar o processo de formação, introduzindo precocemente especialização em posições de jogo, exercícios e modelos avançados de treinamento. É bom querer “desdramatizar as derrotas e relativizar as vitórias” (MARQUES, 2004, p. 81), mas as crianças precisam competir para aprender não só a se alegrarem com as vitórias, mas também a lidarem com a frustração das derrotas. Esta é uma lição útil, a ser transferida para a vida (profissional, social). O sentido primordial que a criança atribui ao esporte é perdido quando se retira a avaliação que a atividade proporciona à criança, reduzindo o esporte a algo acultural, “quase biológico” (MARQUES, 2004, p. 81).

A apresentação da cultura aos jovens é importante, para que possam futuramente intervir nela, contribuindo com seu crescimento, modificando e produzindo mais conhecimentos. Queremos preparar as crianças para a integração na sociedade, apesar do risco de reproduzi-la nos seus vícios (MARQUES, 2004). Por isso, devemos tomar cuidado com o que nos propomos a ensinar, separando o joio do trigo, não “demonizando” até o que é bom, no seguimento de um viés “pedagógico”.

5 Classificação do esporte

O esporte, segundo Gaya e Torres (2004, p. 60) apresenta um sentido plural decorrente das motivações e sentidos atribuídos por seus praticantes. Pretendo esmiuçar várias definições de tipos de esporte, sabendo que o esporte mantém “um conjunto de categorias essenciais que permanecem presentes em todas essas manifestações”, uma estrutura “constituída, principalmente, pelas categorias rendimento corporal, regulamentos e competição” (GAYA; TORRES, 2004, p. 60).

Cada tipo de esporte contém em si um entendimento diferente a respeito das categorias rendimento, regulamentos e competição, que podem ser relativizadas. No esporte de alto rendimento ou esporte de excelência, se procura maximizar tais categorias, padronizando, sincronizando e maximizando os aspectos objetiváveis e mensuráveis do comportamento corporal e motor. No esporte escolar, são priorizadas as possibilidades normativas na formação sobre valores, atitudes, habilidades e conduta humana; as categorias ficam submetidas aos princípios de educação e formação de crianças e jovens. No esporte de lazer, são minimizados a formalidade e o rigor típico dos regulamentos institucionalizados e abre-se oportunidade para a modificação na forma, no espaço, na técnica e na participação. No esporte de reabilitação e reeducação, consideram-se as diversas possibilidades físicas, motoras e orgânicas dos praticantes. A partir delas, os regulamentos, as competições são reformulados, conferindo ao esporte a possibilidade de se configurar como coadjuvante de elevado significado nas estratégias de saúde pública e promoção da saúde. (GAYA; TORRES, 2004)

5.1 Esporte de alto rendimento ou de excelência

O esporte competitivo, de (alto) rendimento ou de excelência se caracteriza pelas manifestações esportivas em que “o resultado, a participação em competições formais, organizadas com caráter periódico e regular por federações, associações etc., é importante para o grupo que participa” (GRECO; BENDA, 1998, p. 31). O mais elevado nível dentro desta classificação é representado pelo esporte profissional ou de alto nível de

rendimento, o qual geralmente é sustentado, isto é, o atleta amador recebe subsídios e ajuda econômica para se dedicar ao esporte, sendo sua participação na competição sua ocupação mais importante (GRECO; BENDA, 1998).

Essa expressão do esporte é a que vem à mente e se faz mais presente no imaginário coletivo quando se fala em esporte. Muito por influência do trabalho da mídia, muitas vezes é tido como *referência*, como se o esporte só tivesse a utilidade do espetáculo, do entretenimento, da comercialização. Restringindo o esporte a essa manifestação, associam “o esporte em geral e as práticas esportivas ao *doping*, aos problemas oriundos do *overtraining*, aos excessos da mercantilização do espetáculo esportivo, etc.” (GAYA; TORRES, 2004, p. 62).

Os atletas participantes desse tipo de esporte são, nas palavras de Gaya e Torres (2004, p. 62), “privilegiados” biologicamente (e, em muitos casos, socialmente). São, geralmente, indivíduos com enorme força de vontade, disciplina, determinação, foco, que treinam com frequência, que começaram a treinar com pouca idade, que tiveram a sorte de terem seu talento descoberto com antecedência por algum professor, pelos pais, por exemplo. Os que chegaram ao alto nível certamente derramaram muito suor, passaram por lesões, gastaram muito tempo de suas vidas em busca de um sonho. Demonstraram uma virtude notável e muito admirada denominada *resiliência*, um símbolo de força moral. Estão suscetíveis a todo tipo de lesões, a pressão psicológica e cobranças por parte da comissão técnica, de torcedores. Alternam momentos de glória e momentos de desalento, podendo ir “do céu ao inferno” num período curto.

Visivelmente, o esporte de excelência é excludente. Nele, só podem se inscrever os que passaram por inúmeras provações. Seus princípios não são apropriados para aplicação na escola, por causa do risco da chamada “especialização precoce”. É realmente perigoso que crianças cheguem ao conhecimento do esporte na escola vislumbrando uma possível carreira esportiva, influenciadas por pais ligados ao esporte. As consequências à saúde provocadas por uma sistematização do ensino do esporte com base na repetição de exercícios, visando à melhora do desempenho podem ser graves,

podendo afetar seriamente a postura, o desenvolvimento motor, os sistemas cardiovascular e endócrino, a saúde psicológica.

Dado que o processo competitivo é complexo, o indivíduo deve estar preparado para enfrentar as suas demandas, que se tornam mais difíceis com o aumento do grau de formalidade e a importância da competição (DE ROSE JR., 2002). Ainda segundo o autor, que cita o conceito de “prontidão esportiva” de Robert Malina, quando existe um desequilíbrio entre a demanda e as características individuais em desfavor destas (e a criança ou o jovem não estão prontos para competir), surgem neles problemas de ordem física que podem afetar os processos de crescimento e de desenvolvimento, e de ordem psicológica, que podem levar a sérias consequências comportamentais.

Uma ótima reflexão é apresentada por Gaya e Torres (2004, p. 69) sobre a falta de clareza na definição dos critérios que situariam determinada prática esportiva como sendo efetivamente de rendimento. São lançadas as perguntas: “uma criança ou jovem que participa de uma escolinha esportiva duas ou três horas por semana ou um jovem tenista que pratica seu esporte diariamente podem ser considerados como participantes de esporte de rendimento ou alto rendimento?” e “podemos considerar atletas de jogos escolares em geral como atletas participantes de esporte de excelência?”. Acredito que precisamos olhar para o cenário mais amplo relativo ao tema. Não podemos estigmatizar a competição sem a abordagem de ensinamentos. É imprescindível que consideremos a relativização das cargas, a periodização do treinamento (se houver). A criança e o jovem podem se exercitar competindo (e provavelmente o farão brincando e se divertindo), basta que seus limites físicos e mentais sejam respeitados.

Também no esporte de alto rendimento, os jovens podem desfrutar de ótimas experiências de socialização, outro aspecto positivo desse tipo de esporte. Podem fazer várias atividades prazerosas quando estão de folga, viajar, conhecer novos lugares, patrimônios, culturas. Podem fazer novos amigos, inclusive até se hospedando na casa desses novos amigos (incluindo oponentes nas partidas), como bem salientam Gaya e Torres (2004). Logo, o esporte de rendimento não subsiste apenas na obsessão pela vitória, ele incita o envolvimento social de seus praticantes (GAYA; TORRES, 2004). Ele constitui-se, como as outras expressões esportivas, uma “escola de vida”

(GAYA; TORRES, 2004, p. 70), ou seja, um “amplo espaço de formação e educação”, possibilitando “oportunidades diversas para o desenvolvimento social e moral de seus praticantes” (GAYA; TORRES, 2004, p. 73).

É preciso, portanto, que novos conhecimentos que permitam adequar o esporte de rendimento a populações mais jovens sejam produzidos por pesquisadores e pedagogos do esporte, a fim de desenvolvermos o assunto e avançarmos no esclarecimento da metodologia a ser adotada, tendo em vista os diferentes estágios de desenvolvimento motor das crianças e dos jovens juntamente com as suas características, limitações e necessidades.

5.2 Esporte educativo

O esporte educativo é a forma de esporte ensinada nas escolas (durante as aulas de Educação Física, nos ensinamentos fundamental e médio), nas escolinhas em horário extracurricular, nas universidades, em diferentes momentos do processo de ensino-aprendizagem, por isso é inclusive chamado de esporte escolar ou esporte na escola por Greco e Benda (1998). É alvo de polêmicas devido a discordâncias entre as linhas político-filosóficas presentes na Educação Física e nos esportes, no Brasil. As concepções políticas e filosóficas do Estado é que determinarão quais os níveis de competência de cada área, do esporte escolar e do esporte na escola (GRECO; BENDA, 1998).

Ele (em tese) se diferencia do esporte competitivo por não considerar o resultado das ações (a sua eficácia, qualidade) o aspecto mais importante. Ele se propõe a trabalhar com os alunos não só o rendimento (autorreferenciado, no caso), valendo-se da competição, mas também a socialização, a cooperação, a obediência às regras (que os alunos devem entender), valores, conhecimento das próprias limitações, entendimento dos limites dos colegas, a vontade de se superar, por exemplo (GAYA; TORRES, 2004). Contudo, mesmo no âmbito dessa classificação de esporte, ainda existe segregação, diferenciação entre aptos e inaptos, bons e maus jogadores, por parte das crianças e dos jovens, e, o que é pior, por parte de professores inclusive. Acredito que esse quadro só será remediado a partir do momento em que os professores se conscientizarem de que devem intervir para desfazer e impedir situações em que tais exclusões e discriminações se manifestem, e, assim,

passem a dar e ser exemplo, efetivamente praticando aquilo em que acreditam (ou deveriam acreditar), que o esporte deve ser para todos.

Reside no ensinamento das regras dos esportes um grande desafio ao qual o professor ou a professora de educação física não pode se furtar. Os regulamentos são partes fundamentais, indissociáveis, não apenas dos jogos, como também dos esportes. O professor ou a professora deve ter em conta que o mais certo a fazer, quando há a possibilidade, é modificar as regras dos esportes, adaptando-as à faixa etária de seus alunos. Porém, as alterações devem ser feitas de forma prudente, sem excluir ninguém, com vistas ao que se quer alcançar em determinada aula. De acordo com Gaya e Torres (2004), para que a educação física escolar cumpra seu papel de propiciar o acesso ao esporte, não se pode descaracterizar as modalidades esportivas a ponto de não mais serem identificadas. Nesse meio, certo grau de preocupação com o desempenho técnico, com as regras e as disposições morais é sempre necessário (GAYA; TORRES, 2004).

O esporte na escola como disciplina do currículo complementar, do qual tratam Gaya e Torres (2004), constitui uma ótima forma de oferecer uma aproximação e uma multiplicação dos conhecimentos que envolvem as práticas esportivas. Não se confunde com a formação das equipes escolares, com o esporte de rendimento e com o esporte enquanto conteúdo da educação física; tais instâncias, quando bem planejadas, podem servir como práticas pedagógicas complementares (GAYA; TORRES, 2004).

Tani e Manoel (2004, p. 124) salientaram que “a educação física ainda não definiu claramente a sua função dentro da educação escolarizada”, e que essa definição é dificultada por uma série de fatores, dentre as quais “a relação entre educação física e educação física escolar” e “a relação entre a educação física como componente curricular e a área de conhecimento correspondente”. Para eles, a cultura do movimento é formada por cinco grandes categorias de movimento (o esporte, o jogo, a ginástica, o exercício e a dança) que “se caracterizam como fenômenos socioculturais e constituem uma parte importante do acervo cultural da humanidade” (p. 127), denominada cultura do movimento, e a educação física escolar se ocupa da disseminação do conhecimento *sistematizado* acerca desses elementos da cultura do movimento. O conhecimento sistematizado é entendido como “o conjunto de

conhecimentos acerca da estrutura, organização e significado dessas categorias de movimento” (TANI; MANOEL, p. 127).

A prática, na educação física escolarizada, não deve ser entendida como fim, e sim como meio, a fim de se adquirir o conhecimento sistematizado sobre a atividade física e os esportes, o qual leva as pessoas “a tomarem decisões conscientes e refletidas acerca do seu envolvimento com a prática sistemática de atividade física fora [da escola]” (TANI; MANOEL, 2004, p. 129). Logo, a prática fornece um suporte imprescindível ao processo pedagógico, pois não se pode imaginar educação física sem ela. A prática aprimora e consolida a memorização de conhecimentos adquiridos pela escuta ou pela leitura atenta. Pois o conteúdo que se recebe nas aulas pode ser facilmente perdido sem a experimentação, que desperta a curiosidade e o envolvimento sobre determinado assunto. Entretanto, devido ao número reduzido de horas de aula destinado à educação física escolar atual, os alunos não conseguem atingir ganhos substanciais na aptidão física ou nas habilidades motoras, pois não há a possibilidade de regularidade na prática e de tentativas suficientes de ações motoras e seus planos de ação.

Diante do que foi exposto, a educação física escolar tem como meta básica possibilitar o acesso ao conhecimento sistematizado, não melhorar a capacidade aeróbia, as habilidades motoras dos alunos, mas ensinar a eles como melhorá-las, assim como a compreensão das suas dimensões e implicações biopsicossociais e culturais. A aplicação dos fundamentos aprendidos nas aulas de educação física escolar fora dos períodos letivos, no colégio ou em outros espaços, é que melhorará as suas habilidades. É como o manuseio do computador. O aluno não vai à escola para melhorar a sua habilidade no uso do computador, mas para *aprender* a como melhorá-la. Fora da escola é que o aluno aplicará e praticará o que foi ensinado em sala de aula. (TANI; MANOEL, 2004, grifo nosso)

Dessa forma, os professores de educação física devem se comprometer em organizar planos de ensino adequados, que respeitem a uma progressão de conhecimentos, os quais os alunos sejam capazes de compreender e experimentar sem grandes dificuldades, por meio de aulas estimulantes e que despertem prazer. É um grave problema que, mesmo nas séries mais avançadas, nem a viabilização do acesso ao conhecimento

sistematizado nem a realização de uma avaliação formal do ensino estejam presentes, o que dificulta a aceitação da educação física como disciplina curricular (TANI; MANOEL, 2004).

O que, sem dúvida, ajudaria a resolver o problema da falta de reconhecimento da educação física como disciplina seria passar os conhecimentos gerados por análise e investigação acadêmicas e científicas sobre categorias de movimento por um filtro, que consistiria em critérios e valores “educacionalmente orientados” (TANI; MANOEL, 2004, p. 136). O corpo de conhecimentos sistematizados composto por essa filtragem seria ensinado não apenas sob aspectos técnicos e táticos, mas também levando em consideração dimensões e implicações biopsicossociais e culturais (TANI; MANOEL, 2004).

5.3 Esporte recreativo

O esporte recreativo, ou “esporte de lazer” (GRECO; BENDA, 1998, p. 30) ou ainda, “esporte-participação”, “esporte popular”, como Tubino (1992, p. 34) denomina, “é a dimensão social do esporte referenciado com o princípio do prazer lúdico, e que tem como finalidade o bem-estar social dos seus praticantes.” Bem-estar que se concretiza pela descontração, diversão, desenvolvimento pessoal e pelas relações pessoais. Este autor enfatiza o caráter voluntário, espontâneo da prática, quando ressalta o não comprometimento desta manifestação com o tempo e as obrigações da vida diária, e a liberdade que as práticas recreativas oferecem. Greco e Benda (1998) definem o “esporte de lazer” como o que um indivíduo pratica através de atividades formais ou informais com objetivo de recreação, ocupação do tempo livre, as quais têm o prazer como fim em si mesmas.

O valor social do esporte popular se evidencia na “participação e nas alianças ou parcerias desenvolvidas” (TUBINO, 1992, p. 35). Essa dimensão do esporte é a que está mais próxima dos caminhos democráticos, por mobilizar e engajar pessoas de diferentes grupos ou comunidades, tornando-as mais conscientes de seus papéis na sociedade e, portanto, “mais agentes do seu próprio destino” (TUBINO, 1992, p. 35). Possibilita o acesso ao esporte aos que não foram achados “dignos” do esporte de rendimento e, inclusive, àqueles

que não teriam condições financeiras para frequentar clubes ou escolinhas, favorecendo o prazer aos que desejam desfrutar dele (TUBINO, 1992).

Além disso, o esporte-participação, ao contrário do esporte de rendimento, não exclui ninguém. Ou melhor, deveria não excluir, mas exclusão ainda acontece em vários lugares, por causa da má concepção de esporte por parte de vários professores, influenciada pelo esporte espetáculo. Quando exclusão acontece, então não faz mais sentido classificar a prática esportiva como inteiramente recreativa, uma vez que alguns não participarão e não se divertirão, e se aproximará do esporte de rendimento, como o praticado nos clubes e escolinhas que preparam as crianças e jovens para o esporte profissional, para que elas tenham uma carreira esportiva.

5.4 Esporte de prevenção da saúde

Este tipo de esporte se manifesta em atividades esportivas formais ou informais e possui o objetivo de manter a saúde dos indivíduos. Segundo Greco e Benda (1998, p. 30), “as manifestações de esporte de lazer e de saúde estão intimamente relacionadas, encontrando-se várias formas de atividade esportiva conjunta, onde fins e objetivos se complementam”.

O esporte praticado com outras motivações centrais também pode servir a este propósito, então entendo que não existe grande diferença entre este tipo (ou sentido, dependendo da interpretação) e outros, com exceção do esporte de alto rendimento.

5.5 Esporte de reabilitação

O esporte de reabilitação ou recuperação, que também pode envolver reeducação, é definido por Greco e Benda (1998, p. 31) como “o tipo de atividade que é desenvolvido pelo indivíduo, com o objetivo de melhoria ou recuperação, restabelecimento da funcionalidade de órgãos e tecidos, após lesões ou intervenções cirúrgicas, médicas, etc. derivadas ou não da prática esportiva”. Aqui o esporte demonstra ser uma ferramenta complementar, auxiliando a melhorar a recuperação, reduzindo dores por exemplo, porém

exigindo cuidado adicional e maior respeito aos limites reduzidos que as moléstias podem ter causado.

6 Iniciação Esportiva

De acordo com Soares (2009, p. 10), “apesar de existirem diversos estudos sobre a iniciação esportiva, eles se encontram muito difusos por várias áreas da educação física (Pedagogia, Treinamento, Ed. Física formal, etc.)”. Concordo com o autor e penso ser relevante que novas revisões sejam feitas com o intuito de integrar as ideias contidas nessas áreas, assim como na área da psicologia do esporte, pois o conhecimento produzido nelas, certamente, é de grande valia para aqueles profissionais cujo trabalho envolve introduzir e ensinar esporte a crianças e jovens.

Existem múltiplas definições na literatura acerca do termo iniciação esportiva, mas adoto neste trabalho a definição objetiva de Voser (2004, p. 24), de que é “um processo de ensino-aprendizagem mediante o qual o indivíduo adquire e desenvolve as técnicas básicas para o desporto”. Este autor traz ainda que “a infância é a melhor fase para a aprendizagem motora, na qual devem ser trabalhados os fundamentos da técnica, mas com a devida moderação, respeitando as fases de desenvolvimento da criança” (VOSER, 2004, p. 24). A última observação é muito importante pois, como coloca Ferraz (2002), as técnicas específicas de uma modalidade esportiva devem se constituir o ponto de chegada do processo de aprendizagem esportiva das crianças e dos adolescentes e não o seu ponto de partida, apesar da maior eficiência daquelas no alcance dos objetivos das ações.

O chamado clima motivacional, expressão usada por Korsakas (2002, p. 43), “associa os comportamentos e as estratégias utilizadas durante às atividades às possíveis transformações no contexto esportivo”. Todos as ações, as formas de planejar as aulas, os critérios de avaliação, as maneiras de um educador se relacionar com seus educandos denunciam o clima motivacional, que pode ser orientado para a competição ou para a aprendizagem, segundo a autora. Se for priorizado o aspecto competitivo, o ambiente se aproximará do esporte de rendimento, pois a vitória será o critério de sucesso; a avaliação dos educandos se dará pela comparação de desempenhos, e o potencial de desenvolvimento (das capacidades e habilidades) dos menos habilidosos será posto em segundo plano quando se dirigirem ao banco de reservas (KORSAKAS, 2002).

Todavia, caso o ambiente seja orientado à aprendizagem, o aspecto mais importante será o desenvolvimento integral de todos os praticantes. Os critérios de sucesso ou fracasso serão a autorreferência e o progresso individual (KORSAKAS, 2002). Assim, não se incorrerá no erro da especialização precoce de jogadores em posições. Mais do que o resultado produzido, será valorizado o esforço empreendido de cada um em suas tentativas (KORSAKAS, 2002).

Durante o processo competitivo, são evidenciadas muitas situações em que surgem determinadas exigências, conforme o modelo teórico desenvolvido por Martens e colaboradores (1990) (apud DE ROSE JR., 2002). São elas: a situação competitiva objetiva (estímulos do meio ambiente, como treinamento, material, instalações, adversários, treinador); a situação competitiva subjetiva (interpretação feita pelo praticante dos estímulos objetivos); as respostas (maneiras de expressão das interpretações, em diversos planos); e as consequências (*feedback* que orientará novos comportamentos, como satisfação, retorno à atividade, enfrentamento, fuga, abandono). Esses componentes do processo competitivo são diretamente influenciados por características individuais, como personalidade, nível de habilidade e motivação (DE ROSE JR., 2002).

Por muito tempo se acreditou que a condição de preparação deficiente da criança no esporte deveria reduzir o número de competições de que ela poderia participar, porém, sabe-se hoje que o melhor para o desenvolvimento dela é participar do maior número de participações competitivas desde as fases iniciais da preparação (MARQUES, 2004). A participação num amplo conjunto de jogos, competições e torneios desportivos, aumenta as chances de sucesso a equipes e aos próprios indivíduos, entretanto, o número e a frequência daquelas não devem ser muito altos, afirma Marques (2004). Este é um cuidado que os treinadores devem ter; não se pode tratar os esportistas iniciantes como se já fossem maduros, desconsiderando os seus limites e as suas diferenças individuais. Faz-se urgente oferecer atividades mais interessantes e à medida das possibilidades dos mais jovens, modificando a *natureza* das competições (MARQUES, 2004).

Segundo a proposta apresentada por Marques (2004), a criança não deve adentrar competições formais até a entrada na escola (cerca de 6 anos),

e os primeiros quadros competitivos organizados podem ter lugar com o início da primeira fase da escolaridade, que até cerca dos 12 anos devem ter “uma organização simplificada, “pluridesportiva” e basearem-se em competições internas e torneios locais”. A “pluridesportividade” visa aumentar o repertório motor, a gama de movimentos conhecidos por experiência própria, e, assim, possibilitar que a criança crescida se torne um *atleta completo*. O atleta completo, conforme Soares (2009), é capaz de executar diversas funções dentro de um sistema de jogo, podendo atuar em várias posições com grande eficiência. Com a aplicação deste conceito, a variabilidade de experiências deve evitar problemas futuros advindos da especialização esportiva precoce.

Por isso, deve-se evitar fixar um jogador ou jogadora jovem numa determinada posição, ainda que este seja o desejo dele ou dela, por gostar de jogar numa só posição, por “render” melhor nela, ou por influência da opinião dos pais ou amigos, por exemplo (SOARES, 2009).

Greco e Benda (1998) propuseram um processo de ensino-aprendizagem-treinamento (EAT) com crianças que não têm bom conhecimento tático e possuem pouco ou limitado repertório motor. Nessa proposta, estabeleceram dois momentos fundamentais do processo de EAT em Iniciação Esportiva Universal. No primeiro momento, “Iniciação Esportiva Universal (IEU)”, que abrange crianças dos 4 aos 10-12 anos de idade, o processo de EAT é estruturado “da aprendizagem motora ao treinamento técnico” (GRECO; BENDA, 1998, p. 24). O segundo momento, “Metodologia da Iniciação Esportiva (MIE)”, abrange basicamente crianças de 10-12 anos até 16-18 anos de idade (GRECO; BENDA, 1998, p. 24).

A IEU “focaliza os aspectos teóricos dos componentes do rendimento esportivo, das fases e níveis de rendimento e do processo de desenvolvimento da aprendizagem motora”, enquanto a MIE visa ao “desenvolvimento técnico-tático realizado de forma integrada” e “procura não descontextualizar a situação real do jogo” (GRECO; BENDA, 1998, p. 24). Pela proposta dos autores, antes de introduzir a criança nos esportes, a criança deve entrar em contato com os conceitos táticos inerentes aos jogos esportivos coletivos (JECs), através de brincadeiras e jogos, para que ela possa aprimorar seus processos de decisão, de organização de suas ações, de pensamento estratégico ao ser confrontada com situações-problema. Dessa forma, a criança passará a compreender o

jogo, e poderá mais tarde se identificar com um ou mais esportes. Os autores destacam que a proposta deles não se restringe a uma nova metodologia, mas se trata, principalmente, de uma nova filosofia de trabalho que oferece uma nova visão e compreensão da prática esportiva.

6.1 Propostas de futebol adaptado para crianças e jovens

Como as crianças têm necessidades físicas e psicológicas diferentes das dos adultos, foram criadas regras específicas para a prática infantil de muitos esportes. As mudanças nas regras oficiais se referem à parte física do jogo, geralmente no sentido de diminuição, que, em alguns esportes, serve para viabilizar o jogo (por exemplo, a altura do aro de basquete). Em outros esportes, serve para manter a dinâmica do esporte, proporcionar maior fluidez ao jogo, como a redução das medidas das quadras de tênis e de voleibol para que as crianças consigam cobrir uma maior parte da área de jogo. (HAGEN, 2002)

Apesar de não haver uma proposta de regras institucionalizadas no Brasil para o futebol, existem exemplos em outros países, como o *United States Youth Soccer*, nos Estados Unidos, e o *Mini-soccer*, no Reino Unido (HAGEN, 2002).

6.1.1 O caso da *US Youth Soccer*

Conforme Hagen (2002, p. 20), “a *US Youth Soccer Association* (USYSA) é uma associação de futebol para menores de 19 anos dividida em quatro regiões, que englobam todos os Estados americanos”. Ela “faz parte da Federação de Futebol dos Estados Unidos, órgão que governa o futebol naquele país e é reconhecido pelo Comitê Olímpico Americano e pela FIFA” (HAGEN, 2002, p. 20).

Segundo a política da associação em relação às regras de jogo, o futebol para crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos regido por ela segue, com algumas modificações, as regras do futebol da FIFA (exceto quando estipulado pela USYSA ou suas Associações de Estados) e, para os jogadores com idade igual ou inferior a 10 anos, há uma regra específica, o “Programa de Desenvolvimento de Jogadores da USYSA – Regras de Jogo Modificadas” (de

agora em diante, PDJ) para crianças com 10 anos ou menos, 8 anos ou menos e 6 anos ou menos de idade. As Associações dos Estados podem não aprovar jogos envolvendo times com 10 anos ou menos de idade, a menos que esses jogos sejam conduzidos com – no máximo – 8 jogadores em cada lado. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2016)

A política de regras de jogo (separada do PDJ) da USYSA determina o seguinte: duração das partidas menor que a oficial (para aqueles com 16 anos ou menos de idade), bola com circunferência e peso menores (para aqueles com 12 anos ou menos de idade) e um número reduzido de jogadores em campo – 11 é o máximo permitido para crianças de 11 (ou pouco menos de 11) a 12 anos. Além disso, as substituições são ilimitadas, podendo ser feitas durante qualquer parada no jogo, a menos que especificado de outra forma nas regras e regulações (da própria USYSA ou de suas Associações de Estados) para uma competição especial. Também crianças com 10 anos ou menos de idade não devem cobrar pênaltis em partidas de competição, os empates devem permanecer. Para os maiores de 10 anos, as regras da FIFA que dizem respeito a cobranças de penalidades devem ser aplicadas em caso de empate após o período de prorrogação em jogos de torneios. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2016)

No regulamento da USYSA também não há proibição por parte de membros de uma equipe (jogadores, treinador, auxiliar, ou outro funcionário da equipe) de ter uma marca ou nome, ou ambos, estampados em qualquer parte do uniforme durante um jogo, contanto que a marca ou o nome esteja relacionada a um item ou serviço apropriado para jovens. Quem deve determinar se é apropriado é a organização (membro da USYSA) com a qual o membro da equipe está registrado. Uma organização membro (ou integrante dela) pode ter mais restrições quanto a marcas ou nomes no uniforme que a permitida por essa regra. Quaisquer marcas ou nomes inapropriados devem ser removidos, trocados ou cobertos antes de o membro da equipe poder continuar a participar do jogo. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2016)

A fim de um ou uma jovem se registrar na associação, é necessário informar a data de nascimento. Depois é mantida uma lista classificando os jogadores por ano, mês e dia de nascimento, num espaço de tempo que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Por exemplo, na categoria U9 (*under-9* ou sub-

9) estão inscritos aqueles jogadores com idade entre 8 e 9 anos. Na temporada 2016-2017 seriam aqueles nascidos em 2008. Essa forma de registro possibilita que pais e treinadores adquiram maior entendimento da relação do mês de nascimento de um jogador com seu grupo de colegas e nível de desempenho. Isso deve ajudar a combater o foco em crianças que parecem ser melhores simplesmente porque são até 365 dias mais velhas que um companheiro ou adversário. Também confere uniformidade ao longo do país e do corpo da associação e alinhamento a padrões internacionais para desenvolvimento juvenil. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

Existe, inclusive, uma regra obrigatória para todos os eventos conduzidos pela USYSA, que incluem competições nacionais e regionais, e também para a Liga Nacional, as ligas regionais e o Programa de Desenvolvimento Olímpico da USYSA. Não é obrigatória para as Associações de Estados da USYSA, porém elas são fortemente encorajadas a adotar esta regra em jogos locais ou estaduais. A regra estabelece que todos os jogadores com 10 anos ou menos de idade não devem cabecear a bola diretamente do ar em qualquer partida ou competição, nem devem praticar cabeceio nos treinamentos organizados pelas equipes. Em uma partida, se um jogador que se encontra nessa faixa de idade cabeceia deliberadamente a bola, é configurada uma infração que rende tiro livre indireto ao time adversário no ponto em que a infração foi cometida. Caso o cabeceio ocorra dentro da grande área, o árbitro deve mover a bola para fora da área e conceder tiro livre indireto para o time adversário. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2016)

Acredito que a proibição da execução do cabeceio durante jogos ou como parte de sessões de treinamento se deve a certa preocupação com o risco de choques de cabeça (que não são incomuns no futebol) entre crianças na faixa etária citada. A preocupação em relação a concussões já é alta no esporte profissional nos EUA, no futebol americano e em outros esportes. Então, com certeza, o receio até em fazer crianças treinarem a técnica não é infundado, inclusive porque crianças tendem a perder mais o tempo da bola que adolescentes e adultos e não têm noção espacial muito desenvolvida. Além disso, muitas delas ficam absortas durante o jogo, olhando muito mais para a bola (não muito para o contexto do jogo). Logo, muitas não se preocupam com riscos em meio a ele.

Jogadores com idade entre 11 e 12 anos podem cabecear a bola em qualquer partida ou competição. Podem também praticar cabeceio em treinamentos e sessões de habilidades, mas os treinadores são obrigados a monitorar a prática a fim de que nenhum jogador cabeceie a bola mais que 25 vezes por semana, independentemente do contexto. Jogadores com 13 anos ou mais de idade podem cabecear livremente a bola em qualquer partida ou competição e ainda em treinamentos ou sessões de habilidades organizadas pelas equipes. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2016)

No jogo 4 x 4 (para as categorias U6, U7 e U8), a inexistência de goleiros é obrigatória. Ela modifica uma característica importante do jogo, que é a de ter um jogador em campo com possibilidade de jogar com as mãos. Porém, pode ser útil para desenvolver a noção da necessidade de marcar individualmente, para estimular chutes de longa distância e para aumentar a quantidade de gols em uma partida. A regra do impedimento é suprimida, pois ela não faria sentido com um número de participantes e uma área de jogo tão reduzidos, além da ausência do goleiro. (HAGEN, 2002; UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

Ainda sobre o jogo 4 x 4, considera-se que os jogos formais não são necessários, então jogar com e contra os colegas ao final de cada sessão de treino (de uma a duas vezes por semana) deve ser suficiente. Não existem árbitros nesse tipo de jogo. Também é exigida a utilização de caneleiras pelos jogadores. Para início ou reinício de jogo, são usados *kick offs* (pontapé na bola no centro do gramado), tiros livres, laterais, tiros de meta e cobranças de escanteio. Também é permitido repor a bola em jogo por meio de um chute a partir da linha lateral (como no futsal), e repetir a cobrança de lateral caso o arremesso tenha sido mal executado. Os tiros de meta e as cobranças de escanteio devem ser executados em proximidade à respectiva goleira ou ao respectivo canto. Os tiros livres devem ser indiretos, se usados. Por não haver delimitações de áreas, nesse formato, a marcação do tiro penal se torna inviável. Os oponentes devem estar dez pés (pouco mais de três metros) distantes da bola em todos os reinícios. (HAGEN, 2002; UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

A política de regras de jogo da USYSA estipula que times da categoria U6 podem jogar com até 4 jogadores, mas recomenda-se que joguem com 3.

Os da categoria U8 podem jogar com 5 jogadores de cada lado, mas recomenda-se que joguem com 4. Os da categoria U10 podem jogar com até 7 jogadores, mas a recomendação é que joguem com 6 e os times das categorias U11 e U12 podem jogar com no máximo 11, porém recomenda-se que haja 8 em cada um. As recomendações são enfáticas. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2016)

Já as propostas da PDJ são diferentes e mais generalizadas. Times das categorias U6, U7 e U8 devem jogar o jogo 4 x 4 (quatro jogadores de cada lado, sem goleiros). Para as categorias U9 e U10 recomenda-se jogar com sete jogadores de cada lado e para as categorias U11 e U12, com nove jogadores de cada lado, incluindo o goleiro. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

Os jogos reduzidos (pensados para jogadores de 12 anos ou menos) possuem uma filosofia de desenvolvimento e padrões de jogo próprios. Seus objetivos incluem: desenvolver habilidades com a bola; desenvolver inteligência com e sem a bola, promovendo decisões mais rápidas e melhor percepção; desenvolver o espírito coletivo dos times; ofertar um meio apropriado para as idades, com padrões alinhados às necessidades fisiológicas dos jogadores com base no ano de nascimento. De forma similar aos resultados obtidos do registro do ano de nascimento, os padrões consistentes definidos pela associação facilitam uma melhor comunicação e a transmissão de informações para pais, jogadores, treinadores e árbitros. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

Pela Iniciativa de Concussão da USYSA, válida para os jogos 4 x 4, 7 x 7 e 9 x 9, o jogo sempre deve ser parado se houver suspeita de lesão na cabeça de um ou mais jogadores com o fim de tratamento ou avaliação conforme necessário. O encarregado de parar o jogo é o juiz, mas, no jogo 4 x 4, como não há juiz – por não ser necessário neste nível – a responsabilidade recai sobre os treinadores e pais envolvidos. Se um jogador deixa o campo de jogo para avaliação adicional, uma substituição pode ser feita no momento. Um jogador com suspeita de lesão na cabeça não deve retornar ao jogo a menos que um profissional de assistência médica ou treinador atlético certificado o tenha liberado. Qualquer insistência de treinador ou pai ou mãe em retornar o jogador para o jogo sem a liberação aprovada resultará no encerramento deste

pelo juiz (ou por outros treinadores ou pais envolvidos). (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

O PDJ da USYSA abre uma exceção para permitir o ensino de cabeceio. O cabeceio deliberado continua não sendo permitido nos jogos 4 x 4 e 7 x 7 e 9 x 9 (até a categoria U11). Porém, em um ambiente controlado e individualizado, em que o cabeceio se constitui uma habilidade isolada sendo ensinada longe de qualquer forma de oposição e de outros aspectos do jogo, o uso de bolas leves (de espuma, balões, por exemplo) pode ser aceito para o ensino da técnica de cabeceio. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

Outra característica interessante do PDJ da USYSA é a busca da integração, da participação de todos, uma vez que nenhum jogador pode ficar a maior parte do tempo na reserva, ou ser repreendido publicamente pelo treinador ou “ficar de fora do pódio vendo somente os ‘bons’ serem premiados” (HAGEN, 2002, p. 23). Segundo a Filosofia de Desenvolvimento de Jogadores (de agora em diante, FDJ) 4 x 4, quando jogando, todos devem participar por pelo menos 50 % do tempo (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017). Ela traz ainda que: “com quatro jogadores em campo, ter seis jogadores em cada *time* quando o *jogo* é jogado ajuda a maximizar a participação e o engajamento” (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017, p. 14, tradução nossa, grifo do autor).

Alguns exemplos de uma abordagem flexível e fluida ao treinamento e ao jogo são os seguintes: utilizar programas *in-house* (locais) em que todos treinem e joguem como um conjunto de jogadores em vez de jogarem em times distintos; se usar times com grupos definidos de jogadores, estes podem ser misturados durante o jogo ao fim da sessão de treino para fornecer variedade. O primeiro exemplo permite aos jogadores treinarem e jogarem com uma variedade de outras crianças baseada em números, habilidade, idade, altura, peso, etc. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

A FDJ 4 x 4 também estabelece que resultados e *rankings* não devem ser registrados, as viagens devem ser tão limitadas quanto possível e os jogadores não devem participar de eventos (torneios, *showcases*, festivais, entre outros). Deve ser considerado que segurança e diversão são as maiores prioridades, então ajustes devem ser feitos quando necessários para assegurar

que ambas estão sendo promovidas. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

A FDJ 7 x 7 traz que a razão entre o número de treinamentos e o número de jogos deve ser de duas a três sessões de treino para cada jogo; os plantéis não podem incluir mais de doze jogadores; os jogadores não devem participar de mais de vinte jogos por ano e de mais de uma partida por dia; cada jogador deve jogar por – no mínimo – 50 % do tempo de cada jogo. Além disso, resultados e *rankings* não podem ser registrados; os jogadores devem ter um mínimo de dois dias de repouso por semana durante a temporada juntamente com intervalos planejados do futebol organizado durante o ano; qualquer viagem deve se limitar a uma hora de distância. Os eventos (tais como torneios, festivais) devem fornecer um número predeterminado de jogos sem avanço, classificação (em primeiro, segundo, terceiro, etc.) ou campeões.

A USYSA não deixa muito claro nos documentos disponibilizados quanto tempo pode durar cada tempo de um jogo. Segundo o PDJ, é recomendado, de maneira simplificada, que crianças das categorias U6, U7 e U8 joguem 4 tempos de 10 minutos, com intervalos de 5 minutos entre os quartos (o tempo de jogo pode ser menor que 10 minutos quando gerenciado pelos treinadores e pais); que crianças das categorias U9 e U10 joguem 2 tempos de 25 minutos; que crianças das categorias U11 e U12 joguem 2 tempos de 30 minutos. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

Já segundo a política da associação sobre as regras de jogo, de 2016, crianças da categoria U6 devem jogar 4 tempos de 4 a 6 minutos; da categoria U8, 4 tempos de 4 a 12 minutos; da categoria U10, 2 tempos de 25 minutos; das categoria U11 e U12, 2 tempos de 30 minutos *mais* 2 tempos de 10 minutos de prorrogação em caso de empate; das categorias U13 e U14, 2 tempos de 35 minutos mais 2 tempos de 10 minutos de prorrogação; das categorias U15 e U16, dois tempos de 40 minutos mais 2 tempos de 15 minutos de prorrogação; das categorias U17, U18 e U19, dois tempos de 45 minutos mais 2 tempos de 15 minutos de prorrogação (como na regra oficial do futebol) (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2016).

Quanto às medidas das metas, as goleiras das categorias U11 e U12 mantêm a proporção da regra oficial de futebol (uma medida de altura para três de largura), com 7 pés (aprox. 2,13 m) de altura e 21 pés (7 jardas ou 6,4 m) de

largura – a meta oficial tem 8 pés (2,44 m) de altura e 8 jardas (7,32 m) de largura. As goleiras das categorias U9 e U10 quase mantêm a proporção oficial, com 6,5 pés (aprox. 1,98 m) de altura e 18,5 pés (aprox. 5,64 m) de largura. As goleiras das categorias U6, U7 e U8 são bem menores que as demais, tendo (no máximo) 4 pés (aprox. 1,22 m) de altura e 6 pés (aprox. 1,83 m) de comprimento. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

As extensões dos campos de jogo também variam conforme as categorias. Os campos de jogo das categorias U9 e U10 têm comprimento que varia de 55 a 65 jardas (50,29 a aprox. 59,44 m) e largura que varia entre 35 e 45 jardas (32 a aprox. 41,15 m). Os das categorias U10, U11 e U12 têm comprimento de 70 a 80 jardas (64 a 73,15 m) e largura de 45 a 55 jardas (aprox. 41,15 a 50,29 m). A área de jogo das categorias U6, U7 e U8 é a que mais se distingue da oficial, apresentando comprimento que varia de 25 a 35 jardas (22,86 a 32 m) e largura que varia de 15 a 25 jardas (13,716 a 22,86 m). Bandeirinhas de escanteio não são necessárias na última configuração. (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2017)

Quanto à circunferência e à massa da bola, a bola para as categorias U6, U7 e U8 apresentam tamanho 3, com 11 a 12 onças (311,84 a 340,19 g) e circunferência de 23 a 24 polegadas (58,42 a 60,96 cm); para as categorias U9, U10, U11 e U12, tamanho 4, com 11 a 13 onças (311,84 a 368,54 g) e circunferência de 25 a 26 polegadas (63,5 a 66,04 cm); das categorias U13 a U19, tamanho 5, com 14 a 16 onças (396,89 a 453,59 g) e circunferência de 27 a 28 polegadas (68,58 a 71,12 cm). (UNITED STATES YOUTH SOCCER, 2016, 2017)

6.1.2 Mini-soccer

O *Mini-soccer* é um programa da *Football Association* (F.A.) que funciona desde a temporada de 1999/2000. Decidiu-se que era necessário mudar as regras do futebol para meninos e meninas acima de sete e abaixo de dez anos, tornando os jogos em campos reduzidos obrigatórios para as equipes federadas. Estas modificações também são usadas nos demais países do Reino Unido e no Canadá. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2000 apud HAGEN, 2002, p. 23)

Jovens com idade entre 10 e 18 anos (completados até 31 de agosto da temporada em curso) jogam o *Youth Football*, e estão vinculados a associações de futebol para jovens filiadas à F.A. (HAGEN, 2002)

No *Mini-soccer*, também conhecido como *Development Football* (futebol de desenvolvimento), crianças da categoria U7 (sub-7) até a U10 (sub-10) não jogam em ligas. Elas podem participar de até três eventos com premiações durante a temporada. Isto permite a elas aprender sobre vencer e perder em um meio divertido. Troféus podem ser concedidos aos ganhadores e os resultados do minievento publicados. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2018)

As categorias U7 e U8 jogam no modelo 5v5 (cinco contra cinco) e as categorias U9 e U10 no modelo 7v7 (sete contra sete). No modelo 5v5, o campo de jogo apresenta medidas exatas, com comprimento de 40 jardas (aprox. 36,58 m) e largura de 30 jardas (27,43 m). Já no 7v7, o campo apresenta comprimento de 60 jardas (54,86 m) e largura de 40 jardas (aprox. 36,58 m). A dimensão das goleiras para o *Mini-soccer* é de 6 pés de altura por 12 pés de largura (aprox. 1,83 m por 3,66 m). O *kick off* (chute para iniciar algum dos tempos ou para reiniciar o jogo depois da marcação de gol) é cobrado como na regra oficial, a partir da marca central da linha do meio de campo. Pode ser cobrado em qualquer direção. Cada time deve estar na própria metade do campo, e o time adversário deve estar a 5 jardas (4,57 m) da marca central. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2018)

Os jogadores das categorias U7 a U9 jogam com bola de tamanho 3, enquanto os da categoria U10 jogam com a de tamanho 4. A bola deve ser segura para crianças e ser feita de couro ou de outro material adequado. O número máximo de jogadores para as categorias U7 e U8 é de 5 para cada time, com um elenco de 10 ou menos; para as categorias U9 e U10 é de 7 para cada time, com um elenco de 14 ou menos. Um time deve ter ao menos quatro jogadores para que o jogo comece ou continue. Fora de eventos com premiações, os treinadores podem ser flexíveis, substituindo jogadores a qualquer tempo, inclusive já substituídos, com permissão do árbitro. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2018)

As crianças não podem jogar sem caneleiras, que devem ser inteiramente cobertas por meias com comprimento até o joelho. Os goleiros

devem vestir camisa de cor diferente da do resto do time, como na regra oficial. Chuteiras com travas de metal não podem ser usadas em certos tipos de campo por não serem apropriadas. Se o tempo está ruim, os jogadores podem, então, vestir roupa mais apropriada, mas capuzes não são permitidos. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2018)

Qualquer pessoa que apita um jogo tem a autoridade de aplicar as leis do *Mini-soccer* mesmo que não seja um(a) árbitro(a) totalmente qualificado(a). O(a) árbitro(a) deve sempre auxiliar os jogadores explicando suas decisões, e árbitros assistentes não são necessários. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2018)

As crianças não podem exceder o tempo máximo de jogo para as idades delas em um dia (40 minutos para as categorias U7 e U8 e 60 minutos para as categorias U9 e U10). É responsabilidade do clube de juniores e (ou) do pai, da mãe ou de responsável assegurar que a regra seja seguida. O tempo de intervalo não pode ser maior que cinco minutos. Os jogos podem ser divididos em quartos dentro do limite de tempo permitido. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2018)

No Mini-soccer, não pode ser marcado gol diretamente a partir de um *kick off* ou de bola ao chão. A bola ao chão é usada em circunstâncias especiais, como após uma lesão. Se o jogo parar com a bola dentro da área (a única, onde são cobrados pênaltis), a bola deve ir ao chão sobre a linha da área. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2018)

São aplicadas as regras oficiais com respeito à saída de bola, existindo, além de tiros de meta e pênaltis, cobranças de lateral e de escanteios. Se uma falta ou mão na bola ocorre antes de um gol, ele deve ser invalidado. Não existe impedimento no *Mini-soccer*. Todos os tiros livres são diretos, e, durante todos eles, os defensores devem estar a 5 jardas da bola (4,57 m). Durante cobranças de pênalti, todos os jogadores exceto o goleiro e o cobrador devem ficar fora da área e pelo menos 5 jardas distantes da marca do pênalti; a bola deve ser chutada para a frente. Ao goleiro não é permitido agarrar a bola logo após um recuo de bola ou uma cobrança de lateral. Se isso acontece, um tiro livre deve ser concedido sobre a linha da área, mais próximo de onde o incidente ocorreu. Cobranças de lateral podem ser uma técnica difícil de assimilar para os jogadores mais jovens, então é permitido repeti-las. Os

árbitros devem oferecer orientação para ajudar as crianças a aprender como executar a técnica. Treinadores durante os treinamentos e árbitros durante os jogos devem tentar garantir que as crianças entendam essas e outras regras do *Mini-soccer*, porque elas devem entender como os jogos funcionam. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2018)

O tiro de meta pode ser cobrado de qualquer ponto dentro da área e por qualquer jogador do time com a posse da bola. A bola deve sair da área para estar em jogo. Se isso não ocorre, a cobrança pode ser repetida. O time sem a bola deve se mover de volta à própria metade do campo antes de as cobranças de tiro de meta serem realizadas. Isto é conhecido como *Retreat Line* (linha de retirada ou recuo). Quando a bola volta a estar em jogo, o time sem a bola pode tentar recuperá-la. Com relação a cobranças de escanteio, os defensores devem estar a pelo menos 5 jardas da bola até que ela esteja em jogo. O jogador que cobra o escanteio não pode tocar a bola de novo a menos que ela toque antes outro jogador. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2018)

O *Development Football* foi designado a criar a melhor experiência de aprendizagem e de diversão para jogadores jovens. Para garantir que um desequilíbrio em termos de habilidade não estrague a experiência, A FA aprovou o chamado *Power Play* como uma opção que o *Mini-soccer* e as ligas juvenis podem adotar. A lei (opcional) do *Power Play* consiste em aumentar o número máximo de jogadores de um time que perde por muitos gols. Se um time está perdendo por uma diferença de quatro gols, pode ser adicionado um jogador a ele, transformando o jogo 5v5 em 6v5. Se o placar retorna a uma diferença menor que quatro gols, o time retira um jogador, que pode ser o que entrou por último ou outro. Se um time estiver perdendo por uma diferença ainda maior (de seis gols), mais um jogador pode ser adicionado, então 6v5 torna-se 7v5. O propósito principal da opção *Power Play* é fazer todos os jogadores serem desafiados e terem prazer no jogo. *Power Play* pode ser aplicado em todos os formatos do *Mini-soccer*, seja no 5v5, seja no 7v7. (THE FOOTBALL ASSOCIATION, 2018)

6.2 Conduitas pedagógicas

Levando em consideração a idade dos alunos ou atletas, Voser (2004) fez algumas colocações sobre a iniciação esportiva voltada a crianças na faixa etária de seis a doze anos:

1) Nessa fase, o corpo é o referencial da percepção e da expressão de sentimentos, sensações e de opiniões.

2) O professor deve desenvolver os aspectos do esquema corporal, do equilíbrio, da lateralidade, da organização do corpo no espaço e no tempo, da coordenação motora grossa e fina, além do que é característico na idade: correr, saltar, lançar, transportar, trepar, rastejar e rolar.

3) Devem ser ofertadas experiências motoras variadas e contato com diversos tipos de objetos em diferentes espaços a fim de proporcionar uma melhor conscientização do próprio esquema corporal.

4) Pode-se fazer uso da interdisciplinaridade durante o período escolar, pensando atividades que também integrem conteúdos de outras disciplinas.

5) As atividades recreativas são mais atrativas para as crianças, sendo tão importantes quanto as necessidades mais básicas.

6) As atividades desenvolvidas devem propiciar a sociabilização, a integração e a autoestima.

7) É bom que o professor estimule as crianças a criarem e organizarem as atividades sem perder o controle da turma. As seguintes perguntas podem ser usadas: “Quem consegue...?”, “Quem é capaz de...?”, “Quem sabe outra maneira de...?”.

8) Manter a motivação da turma e o interesse nas atividades, sabendo qual a hora certa de trocar as atividades. Para tanto, deve-se elaborar atividades que possam captar o interesse das crianças e monitorá-las, tentando prevenir que fiquem cansadas, impacientes ou desinteressadas. A linguagem utilizada deve ser objetiva e de fácil compreensão.

9) É necessário que os alunos se sintam seguros e desinibidos para participarem de todas as atividades. Um ambiente livre de tensões mantém um clima apropriado para a aprendizagem.

10) Incentivar – prioritariamente – os alunos com dificuldades, elogiando-os a cada conquista, e deixando para aqueles que possuem mais

facilidade na execução das tarefas o compromisso de auxiliar no repasse da sua experiência.

11) Deve-se respeitar a individualidade de cada criança e atentar à progressão dos exercícios, partindo sempre do simples ao complexo, do mais fácil ao mais difícil.

12) É preciso avaliar o desenvolvimento psicomotor dos alunos que são mais desenvolvidos fisicamente, mas que, na realidade, possuem a mesma capacidade mental das outras crianças de sua idade. É necessário estar atento à maturidade motora e mental (emocional) das crianças.

13) Faz-se necessário dar atenção a fatores externos que possam interferir no andamento do trabalho proposto. O maior exemplo a ser citado é a pressão que os pais exercem sobre seus filhos ao tentar satisfazer seus próprios desejos de infância ou projetando um futuro promissor para a criança no esporte. É indicado conversar com os pais e expor o que pensamentos e ações cheios de expectativas podem acarretar à criança. (VOSER, 2004)

De acordo com Vargas Neto e Voser (2011), cada professor “pode e deve organizar seu próprio método” a partir de diretrizes metodológicas seguras e atualizadas. Ou seja, não existe uma receita, isto é, o melhor método a ser aplicado para se alcançar o melhor aprendizado e a melhor evolução das crianças. É importante adaptar e variar os procedimentos pedagógicos utilizados. O bom professor busca constantemente um método mais adequado a seus alunos, respeitando a realidade, o momento e, principalmente, as características individuais deles (VARGAS NETO; VOSER, 2011).

Voser e Giusti (2002, apud VARGAS NETO; VOSER, 2011) oferecem algumas dicas importantes para o sucesso no desenvolvimento da aula:

- 1) estabelecer um vínculo afetivo com os alunos;
- 2) transmitir apoio e segurança;
- 3) usar o reforço positivo;
- 4) manter a motivação;
- 5) trabalhar com as diferenças, assegurando a participação de todos os alunos;
- 6) promover a convivência entre meninos e meninas;
- 7) estimular a interdisciplinaridade;

8) contemplar, por meio da metodologia indicada no período de iniciação, as características, necessidades e interesses da criança. O lúdico, a recreação e as atividades pré-esportivas são bem indicados;

9) atentar para a adaptação da criança ao jogo, permitindo a sua relação com o espaço, com a bola, com os colegas e com os adversários;

10) enfatizar as capacidades motoras;

11) mostrar-se organizado, apresentar os objetivos no início da aula e sempre finalizar com atividades calmantes, tais como brincadeiras, alongamento e, principalmente, com conversa final abordando os fatos ocorridos (positivos e negativos). Ao final, os alunos devem ajudar o professor a recolher o material utilizado na aula;

12) explicar e demonstrar a atividade, quando necessário;

13) participar efetivamente das atividades;

14) incentivar os alunos à criação e à reformulação de regras;

15) considerar o contexto e o interesse da turma;

16) perceber quando a atividade perdeu a motivação ou quando o grau de exigência está muito elevado. Trabalhar do simples para o complexo, do fácil para o difícil;

17) fazer reuniões periódicas com os demais professores e os pais, apresentando a metodologia utilizada.

As últimas condutas que quero reproduzir aqui são as sugeridas por Freire (2006, p. 10), especificamente em relação ao ensino do futebol, “que têm tornado o ambiente de aprendizagem satisfatório”. Ele afirma que elas podem ser adotadas de acordo com o desenvolvimento do trabalho e com as características de cada escola e região. São elas:

1) Todo professor deve ter permanente formação pedagógica, orientado por especialista na área da pedagogia, além de formação técnica em futebol.

2) O professor deve participar ativamente das aulas, ou jogando junto com os alunos, ou apitando os jogos, ou apenas observando, ou dentro do campo. Com frequência, o professor deve interromper o jogo para corrigir eventuais falhas. Essas interrupções devem constituir momentos privilegiados a serem utilizados pelo professor para ensinar aquilo que percebe que os alunos ainda não aprenderam.

- 3) Todas as aulas devem ser planejadas com antecedência.
- 4) Os professores devem fazer avaliações periódicas de suas aulas, apresentando os resultados delas em reuniões com os demais professores.
- 5) Diante de atitudes ofensivas de alunos ou de pais, para com o professor ou para com outros alunos, o professor deve aguardar o momento adequado para conversar com eles.
- 6) Em se tratando de atitudes de alunos, o momento privilegiado para se conversar com eles sobre isso é a roda ao final de cada aula.
- 7) O professor deve promover rodas de conversa rápidas no início e no final de cada aula.
- 8) Quando surgirem conflitos, desacordos ou discussões em torno do jogo, o professor deve aproveitar a ocasião para administrar a construção de regras pelos alunos.
- 9) Além de utilizar apitos, o professor pode convencionar outros sinais para chamar a atenção dos alunos.
- 10) Sempre que o professor quiser conversar com os alunos, deve fazê-lo com seus alunos em círculo, de preferência sentados.
- 11) Nos jogos envolvendo crianças muito novas, devem ser feitas adaptações para que essas crianças possam fazer muitos gols.
- 12) Durante as aulas, as atividades devem ser diversificadas e lúdicas.
- 13) Durante os jogos feitos nas aulas, devem ser pedidos tempos técnicos, tanto para o professor conversar com os alunos, como para estes conversarem entre si.
- 14) Dar preferência a jogos em pequenos grupos, principalmente para alunos mais novos.
- 15) Levar em conta as necessidades e interesses dos alunos, de acordo com cada faixa etária.
- 16) O professor deve promover, entre os alunos, rodízios de posicionamentos. Esse rodízio é tão mais importante quanto mais novo for o aluno.
- 17) todos os alunos devem ser permanentemente avaliados.
- 18) se o aluno não consegue se adaptar a uma grupo, mesmo depois de muitas tentativas, o professor deve procurar incluí-lo em outro grupo mais adequado às suas características.

19) o professor deve ser flexível em suas condutas com os alunos, mas tem que saber estabelecer limites para eles, sempre preservando o respeito para com o professor e para com os colegas.

20) entre os alunos mais novos (até o início da adolescência), não pode haver especialização em posições.

Fiquei surpreso com a conduta de número oito, pois, geralmente, as crianças não costumam participar da construção das regras dos jogos. Considero as rodas de conversa muito importantes, assim como a preferência por jogos em pequenos grupos, a necessidade de as aulas apresentarem atividades variadas e lúdicas, a questão de variar posições em campo e a não especialização em posições até certa idade. Realmente, a opinião e as preferências das crianças precisam ser ouvidas, a fim de que se saiba se elas gostaram ou não de uma aula, o que poderia melhorar, o que elas mudariam com respeito às atividades.

6.3 Motivações de pais, filhos, e educadores

Quando se trata do esporte, incluindo o escolar, realmente pode-se notar que ele está mais orientado ao rendimento, mesmo quando os que o praticam são crianças pequenas. Querendo ou não, o mundo esportivo foi pensado por mentes adultas que projetam e esperam muito dos pequenos. Estes, que são filhos e pupilos, agem como comandados, não têm poder de decisão, não opinam, aceitam passivamente tudo o que os adultos lhe impõem. O que é imposto são os princípios e as normas que influem no comportamento das crianças e dos adolescentes e tendem a reforçar o domínio dos pais sobre os filhos, dos treinadores sobre os alunos, e também dos pais sobre os treinadores (SIMÕES, 2002).

Os interesses dos pais e treinadores não é tão voltado ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes como é para o prestígio social próprio e o desejo de ascensão e projeção pessoal. Além disso, segundo Korsakas (2002, p. 40), “não são raras as vezes em que a grande preocupação em ter equipes competitivas nas escolas sobrepõe-se à intenção de ensinar o esporte para seus alunos”. E esta é uma realidade dura e dificilmente será transformada, a não ser com uma mudança radical na formação acadêmica

dos responsáveis pela educação dos menores. Simões (2002, p. 56) põe de outra forma: “[s]eria preciso elaborar um conjunto de medidas administrativas para que o esporte infantil voltasse a assumir uma linha positiva na modificação da cultura no âmbito educativo-esportivo”. Segundo o mesmo autor, os pais é que estão determinando os esportes que os filhos devem praticar e os espaços a serem usados por estes. Logo, os adolescentes não estão ficando mais sábios, adquirindo senso crítico, eles estão atendendo às expectativas das lideranças adultas (não às próprias), acatando ordens e incorporando valores sem perceberem.

Esta é uma questão que deve ser mais debatida: os porquês da intromissão dos pais nas vidas dos seus filhos. É comum que os pais pensem que as mentes de seus filhos são como caixas vazias, que estes não tem sonhos próprios, que, por não saberem muito sobre a vida, não são capazes de elaborarem uma visão mais precisa e acertada da realidade. Essa crença acaba por restringir a liberdade das crianças e dos adolescentes, pois, na óptica dos pais, aqueles precisam ser dirigidos e instruídos, por uma questão de proteção. Então, aqueles pais altamente competitivos, que foram ou são obcecados por esporte no enfoque do rendimento, projetam nos filhos uma carreira bem-sucedida no esporte que almejaram e não conseguiram alcançar, e estes, frequentemente, respondem à maior exigência de desempenho passando a se comportar de maneira mais impulsiva e desobediente e, talvez, “projetando características indesejáveis que não conseguem perceber em si mesmos”, conforme Simões (2002, p. 60).

Este modelo de se enxergar o esporte é que leva a contradições entre o que os indivíduos responsáveis pelas crianças e pelos jovens desejam para eles e o que realmente pregam e fazem. Existe uma tensão constante na implementação do plano pedagógico que leva as ações a penderem para o lado da educação ou para o lado do rendimento. Segundo Simões (2002, p. 57), “[a] valorização do talento esportivo pode prejudicar o processo natural de socialização através das práticas esportivas escolares, contribuindo para o surgimento de problemas no processo de formação e de desenvolvimento do esporte escolar”. Também as lideranças adultas “influem no prazer que as crianças/adolescentes sentem na prática de um determinado esporte” (SIMÕES, 2002, p. 61). Tudo isso acarreta uma diminuição na espontaneidade

do desejo de aprender algum esporte. As crianças e jovens sofrem maior pressão e mais cobranças de resultado que antigamente, muito em função “da imagem reproduzida pela cultura do esporte espetáculo” (SIMÕES, 2002, p. 61).

Ao se inspirarem em seus ídolos (os esportistas de sucesso) e desejando alcançar êxito e ascensão social por meio do esporte, vários jovens estão projetando um caminho que muito dificilmente será concretizado, porque a vida de um atleta é muito exigente. E, se fracassam muito cedo em levar o sonho adiante, abandonam a prática esportiva. Porque só o que importa, desde o início, é o desejo – idealizado – de sucesso, não as oportunidades educativas, não o enriquecimento pessoal, a melhora da saúde, os ganhos implícitos na socialização. É muito complicado lidar com o sentimento de fracasso, da sensação de incapacidade, de não seguir adiante apesar do gosto pela prática. Por isso, deve-se ressaltar na prática pedagógica todas as diferenciadas formas de crescimento que o esporte proporciona, para que os jovens e as crianças não desistam de praticá-lo.

7 Considerações Finais

Quero deixar claro que este é um trabalho feito por um estudante concluindo a graduação sem grande bagagem de leitura e sem muita vivência em muitos esportes. O primeiro esporte que aprendi a jogar foi o futebol. Como não jogava sobre grama, pode-se dizer que estive restrito ao futebol de salão, porque creio que raramente joguei o jogo formal (onze contra onze). Ganhei algumas medalhas jogando futsal, enquanto estava na escolinha do Colégio Dom Bosco da minha cidade, tendo inclusive o ex-jogador Morruga como professor. Olhando para trás, percebi como minha infância e minha adolescência poderiam ter sido muito melhores em termos de experiências envolvendo a cultura corporal de movimento, como meu repertório motor poderia ter sido muito maior, e como o esporte poderia ter feito de mim uma pessoa muito melhor. Sonhava, como muitos e muitos pequenos brasileiros, em ser jogador de futebol. Fazia isso porque assistia aos melhores competindo na televisão, queria alcançar um prestígio e um destaque como o deles, e sei que muitos pensavam e tantos outros pensam no mesmo objetivo – para a maioria, inalcançável.

Naquela época, não havia as tecnologias avançadas de hoje, e o mundo não era tão complexo. As crianças gostavam muito de jogar bola, em qualquer lugar. Na escola, ficava no colégio até depois de anoitecer jogando com outros colegas. Era um sujeito que gostava de se divertir e não pensava muito na vida. Pensava em ter muitas profissões quando crescesse e tinha a fantasia de ser o melhor em todas. Daí, já se pode depreender que a competitividade estava em mim e nos meus colegas desde muito cedo. E, a meu ver, ninguém pode censurar outras pessoas por serem muito competitivas. Porque a competição é inerente à vida. Estamos sempre buscando novos objetivos, sempre atrás do que necessitamos para (tentar) viver melhor, isto é, de sermos melhores que antes, de sermos úteis e de levarmos uma vida digna. Enfim, procuramos ter sucesso. Embora alguém possa fazer a objeção de que a noção de sucesso é relativa, creio que o senso comum nos revela que, em geral, o sucesso consiste em sermos felizes no que fazemos (gostando do que fazemos), explorando nossas potencialidades ao máximo, exercitando o que

temos de melhor em nós. Já o reconhecimento, a admiração vejo como consequentes, não indispensáveis para o sucesso.

Portanto, considere, pelas minhas leituras, que sem competição (pelo menos consigo mesmo), não há maneira de serem explicitadas, demonstradas e testadas verdadeiras virtudes dos seres humanos, qualidades que muitas vezes estão latentes e ninguém percebe; que sem consciência da existência delas, não podem ser treinadas, em primeiro lugar. O problema real, no meu entender, está em valorizar demais a competição, em exacerbar o seu valor.

Certamente havia mais paixão ainda durante a infância de João Batista Freire, autor da obra de nome “Pedagogia do Esporte”, que recomendo. No livro, lê-se que:

Mesmo que não sirva para esclarecer, basta dar uma volta por aí, pelas areias das praias, pelas quadras de futebol de salão, pelas ruas de terra ou de asfalto, por cada pedacinho de chão onde uma bola possa rolar, e o observador atento descobrirá que futebol para o brasileiro é uma grande brincadeira. [...] Pés descalços, bola, brincadeira são alguns dos ingredientes mágicos dessa *pedagogia de rua* que ensinou um país inteiro a jogar futebol melhor do que ninguém. (FREIRE, 2006, p. 2, grifo nosso)

Ele continua, narrando que:

Quanto mais o rádio, o jornal e a TV aproximavam o futebol dos olhos e ouvidos das pessoas, mais o afastavam de seus pés. Nos poucos campos que sobravam, o futebol se tornava exclusividade dos que já sabiam jogar. Os que não sabiam, se moravam em apartamentos ou em favelas, partilhavam a falta de espaço e de jogo. Sem contar a estupidez adulta com suas proibições em nome da ordem, que poderiam ser resumidas em apenas uma: “É proibido ser criança”. Se não há criança, não há brincadeira; se não há brincadeira, não há futebol. (FREIRE, 2006, p. 2)

Segundo ele, não havia sentido em falar de escolinha de futebol, naqueles tempos, de fartura de espaço e de brincadeira. Vários craques eram revelados pelo Brasil, craques que surgiam dos campinhos de pelada e rumavam aos continentes europeu ou asiático. As escolinhas de futebol foram inventadas somente quando pessoas, percebendo a escassez de espaços para jogar bola, perceberam que podiam oferecê-los com uma nova roupagem. Os craques de bola se aposentavam e viravam professores de escolinhas. Os garotos corriam para se matricular, pensando que se tornariam craques como foram os que se tornariam seus professores. Concluindo, aquilo que se aprendia tão bem com uma pedagogia de rua teria que ser aprendido com a pedagogia da escola. (FREIRE, 2006)

Porém,

saber jogar não significava necessariamente ensinar. Quem aprendia na rua continuava aprendendo melhor que os alunos das escolinhas. A questão não era quem ensinava, mas a pedagogia com que se ensinava. Na rua, todo mundo ensina todo mundo; é criança ensinando criança, é mais velho ensinando mais novo. A rua tem a pedagogia da liberdade, da criatividade, do desafio e até a da crueldade. Já os craques professores das escolinhas, com raras exceções, não conseguiam levar para dentro delas a pedagogia da rua que um dia lhes ensinou tão bem. (FREIRE, 2006, p. 3).

Ou seja, a pedagogia da rua que ensinou os professores a serem craques não conseguiu ser introduzida por esses antigos craques nas quadras das escolinhas. O sucesso no ensino de futebol no Brasil só pode ser alcançado se o nível de competência pedagógica dentro da escola ou da escolinha se aproximar do nível de competência pedagógica da rua, com as necessárias adaptações. (FREIRE, 2006)

Muitas das leituras que fiz apontaram uma visão alinhada à de Paulo Freire, de que existe necessidade de formar indivíduos autônomos, críticos, criativos. Um exemplo é Voser (2004, p. 22), que afirmou que “[a]s novas tendências pedagógicas para a educação física infantil visam, hoje, proporcionar à criança a experimentação de várias possibilidades de movimentos corporais a partir de sua criatividade e autoconstrução” e que, nesta abordagem, “a criança participa intensamente das decisões de todo o processo educativo”. Outros autores ensinam que o objetivo principal é a formação da autonomia, porque os jovens precisam pensar por si mesmos, saber tomar as próprias decisões embasadas em razões sensatas, com critérios razoáveis. E, para isso, os educadores ou agentes pedagógicos (como professores, treinadores) devem transmitir a realidade como ela é, mostrando a elas o lado bom (normalmente relativo às concepções e às crenças das pessoas) e o lado ruim da sociedade em que vivemos (como a grande desigualdade presente nela), mas com o intuito e o cuidado de não deixar seus educandos desanimarem e desistirem de perseguir seus sonhos.

Sobre as adaptações americanas e britânicas para o futebol, Hagen (2002, p. 26) refere que elas “seriam mais apropriadas em nossa realidade para treinamentos e jogos recreativos do que em partidas oficiais”. Concordo com o autor e interpreto isso como um sinal de uma cultura bem enraizada que é também entendida desde cedo pelas crianças. Algumas crianças podem,

inclusive, não reconhecer um futebol com menos de onze jogadores de cada lado como futebol real (HAGEN, 2002). Minha opinião é de que não existe necessidade de crianças e jovens praticarem o futebol formal (até mesmo em competições oficiais) com as regras construídas para os adultos, e nesse ponto, americanos e ingleses estão à nossa frente.

Para concluir, minha opinião é de que iniciação esportiva é um tema complexo e amplo, que envolve várias áreas pertinentes à educação física. Sabe-se da importância de todo profissional de educação física investir continuamente na sua formação, transmitindo o gosto pelo estudo e pelo seu aperfeiçoamento, a fim de ser enxergado como modelo de bom professor ou treinador pelos seus alunos ou atletas jovens e despertar neles o interesse pela prática esportiva. Espero que meu trabalho motive profissionais interessados pelo tema a se empenharem na busca por literatura, artigos, teses, dissertações, anais de congresso, por exemplo, de boa qualidade, para que aprimorem seus modos de transmitir conhecimento e experiências, de forma mais proveitosa e prazerosa, para que a vida de mais pessoas seja enriquecida e transformada pela prática do esporte com todo seu potencial.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Jorge Olímpio. Desporto para crianças e jovens: das causas e dos fins. *In: GAYA, Adroaldo; MARQUES, António; Go Tani (Org.). **Desporto para crianças e Jovens**: razões e finalidades. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-56.*
- DE ROSE JR., Dante. A criança, o jovem e a competição esportiva: considerações gerais. *In: DE ROSE JR., Dante et al. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 67-76.*
- FERRAZ, Osvaldo Luiz. O esporte, a criança e o adolescente: consensos e divergências. *In: DE ROSE JR., Dante et al. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 25-38.*
- FREIRE, João Batista. **Pedagogia do futebol**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- GAYA, Adroaldo; MARQUES, António; Go Tani (Org.). **Desporto para crianças e Jovens**: razões e finalidades. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GAYA, Adroaldo; TORRES, Lisiane. O esporte na infância e adolescência: alguns pontos polêmicos. *In: GAYA, Adroaldo; MARQUES, António; Go Tani (Org.). **Desporto para crianças e Jovens**: razões e finalidades. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 57-74.*
- GRAÇA, Amândio. O desporto na escola: enquadramento da prática. *In: GAYA, Adroaldo; MARQUES, António; Go Tani (Org.). **Desporto para crianças e Jovens**: razões e finalidades. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 97-112.*
- GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo Novellino (Org.). **Iniciação esportiva universal**. v. 1. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- HAGEN, Gustavo Otto Aquere. **Uma proposta de adaptação de regras de futebol para crianças**. 2002. 85 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- KORSAKAS, Paula. O esporte infantil: as possibilidades de uma prática esportiva. *In: DE ROSE JR., Dante et al. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 39-49.*
- MARQUES, António. Fazer da competição dos mais jovens um modelo de formação e de educação. *In: GAYA, Adroaldo; MARQUES, António; Go Tani (Org.). **Desporto para crianças e Jovens**: razões e finalidades. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 75-95.*

OLIVEIRA, Valdomiro de; PAES, Roberto Rodrigues. **A pedagogia da iniciação esportiva**: um estudo sobre o ensino dos jogos desportivos coletivos. Buenos Aires: EFDeportes.com, Revista Digital, Año 10, Nº 71, 2004. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd71/jogos.htm>. Acesso em: 11 set. 2019.

SIMÕES, Antonio Carlos. A psicossociologia do vínculo esporte – adultos – crianças e adolescentes: análise das influências. *In*: DE ROSE JR., Dante *et al.* **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 51-66.

SOARES, Ivan Alves. **Estudos sobre a Iniciação Esportiva**: revisão de literatura sobre métodos e fases de ensino. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

TANI, Go; MANOEL, Edison de Jesus. Esporte, Educação física e Educação Física Escolar. *In*: GAYA, Adroaldo; MARQUES, António; Go Tani (Org.). **Desporto para crianças e Jovens**: razões e finalidades. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 113-141.

THE FOOTBALL ASSOCIATION. The Mini-Soccer and Youth Futsal Handbook. 2018. Disponível em: <http://www.thefa.com/-/media/thefacom-new/files/get-involved/youth-football/mini-soccer-and-youth-futsal-handbook-2018.ashx>. Acesso em: 28 jun. 2019.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões Sociais do Esporte**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

UNITED STATES YOUTH SOCCER ASSOCIATION. **Player Development Initiatives**: A resource for parents, coaches and referees supporting the growth and improvement of grassroots soccer. Fev. 2017. Disponível em: https://www.usyouthsoccer.org/assets/1/6/pdi_february_2017.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

UNITED STATES YOUTH SOCCER ASSOCIATION. **US Youth Soccer Policy on Players and Playing Rules**. Ago. 2016. Disponível em: [https://www.usyouthsoccer.org/assets/1/6/players_and_playing_rules_policy_rev_9-1-16_final_\(2\).pdf](https://www.usyouthsoccer.org/assets/1/6/players_and_playing_rules_policy_rev_9-1-16_final_(2).pdf). Acesso em: 28 jun. 2019.

VARGAS NETO, Francisco Xavier de; VOSER, Rogério da Cunha. **Aspectos pedagógicos das atividades físico-desportivas aplicadas às crianças**. Buenos Aires: EFDeportes.com, Revista Digital, Año 16, Nº 155, 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd155/atividades-fisico-desportivas-aplicadas-as-criancas.htm>. Acesso em: 24 jun. 2019.

VOSER, Rogério da Cunha. **Iniciação ao Futsal**: abordagem recreativa. Canoas: Ed. Ulbra, 2004.